UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAYSSA FARIAS BATISTA

CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O ARTESANATO DO BURITI

SANTARÉM
2025

RAYSSA FARIAS BATISTA

CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE O ARTESANATO DO BURITI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas; Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientadora: Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

SANTARÉM
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

B333c Batista, Rayssa Farias

Cadeias de valor da sociobiodiversidade: um estudo sobre o artesanato do buriti / Rayssa Farias Batista. – Santarém, 2025.

57 p.

Inclui bibliografias.

Orientação: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Sociobiodiversidade - Cadeias de valor. 2. Artesanato tradicional. 3. Buriti (Mauritia flexuosa). 4. Produtos florestais não madeireiros. I. Santos, Zilda Joaquina Cohen Gama dos, *orient*. II. Título.

CDD: 23 ed. 333.751

Bibliotecário - Documentalista: Mayco Ferreira Chaves – CRB/2 1357

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na Sala 110, NSA-Bloco B, Unidade Tapajós/Ufopa realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **RAYSSA FARIAS BATISTA** (matrícula: 2021013480), intitulada: "Cadeias de Valor na Sociobiodiversidade: um estudo sobre o artesanato do buriti", sob orientação da Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen dos Santos que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão e a Profa. Dra. Giselle Alves Silva. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota _____9,8_____. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen dos Santos lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Dra. Zilda Joaquina Cohen dos Santos – Orientadora

Dra. Andréa Simone Rente Leão – Membro da banca

Dra. Giselle Alves Silva – Membro da banca

Rayssa Farias Batista – Discente

Dedico este trabalho à memória de minha avó Maura Farias e de minha amiga Maria Eduarda, que sempre me apoiaram, torceram e vibraram pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me sustentou até aqui, que me deu forças nos momentos em que pensei em desistir e colocou em mim a inspiração, a força de vontade e a determinação necessárias para concluir este trabalho. Sem a presença e o amparo d'Ele, nada disso seria possível.

Em segundo lugar, agradeço profundamente aos meus pais e aos meus irmãos que são os meus pilares, os meus maiores companheiros e o meu porto seguro em todos os momentos da vida. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, me apoiando, acreditando em mim e me oferecendo amor incondicional.

Aos meus amigos, deixo um agradecimento especial. Todos são pessoas maravilhosas que tornam a vida mais leve e feliz, mas há alguns que preciso mencionar com carinho. À Sofia, que já deixou de ser apenas uma amiga e se tornou uma verdadeira irmã, sempre presente, me apoiando e me dando forças em todas as situações. Ao Lucas, meu amigo desde o ensino médio, que caminha comigo há tantos anos, sempre com apoio, carinho e amizade verdadeira. Ao Eduardo, meu melhor amigo, que esteve comigo nos momentos mais difíceis e me acompanhou durante toda a minha trajetória na universidade, sempre me apoiando e me fazendo rir, mesmo quando tudo parecia pesado. À Flávia, pela amizade constante, pelo incentivo, pelas incontáveis risadas, pelo apoio e por sempre acreditar em mim. À Ariely, por estar sempre ao meu lado, me motivando e me lembrando de que sou capaz de conquistar meus objetivos, além de sempre se fazer presente. À Victoria, um agradecimento muito especial por sua generosidade e altruísmo, por todo o apoio, ajuda e carinho. À Nicole, por acreditar em mim e por ser uma amiga muito querida, cuja amizade e incentivo fizeram toda a diferença ao longo dessa jornada.

Não poderia deixar de mencionar o meu querido clube da risadinha, formado pela Sofia, pela Aline, pela Hevelyn e pelo meu irmão Fábson. Vocês tornaram essa caminhada muito mais leve e divertida. As inúmeras risadas que compartilhamos é algo que guardarei com muito carinho, pois foram esses momentos que fizeram toda a diferença durante esse percurso.

Agradeço também à minha orientadora, professora Zilda, por acreditar em mim mesmo quando até eu duvidei do meu próprio potencial. Sua confiança, paciência, dedicação e apoio foram fundamentais para que este trabalho se tornasse realidade.

Aos meus professores Andréa e Sandro Leão, por serem como pais para mim durante esta jornada, por sempre cuidarem com carinho não só de mim como de todos os alunos de Economia e por contribuírem imensamente para a minha formação.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada demonstração de carinho contribuíram para que eu chegasse até aqui. A todos vocês, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho analisa a estrutura e as dinâmicas das cadeias de valor da sociobiodiversidade, tomando como foco o artesanato em fibra de buriti (Mauritia flexuosa) produzido por comunidades tradicionais nos estados do Pará e do Maranhão. O estudo busca analisar de que forma essa atividade contribui para o desenvolvimento sustentável, a geração de renda e a valorização cultural de mulheres artesãs amazônicas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, análise de dados da Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS/IBGE, 2023) e realização de entrevistas semiestruturadas com artesãs de dois empreendimentos coletivos: a Cooperativa Sitinho Trançando Artes, em São Luís (MA), e a Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG), em Abaetetuba (PA). Os resultados revelam o forte protagonismo feminino nas cadeias dos empreendimentos entrevistados, tanto na produção quanto na gestão coletiva. No Maranhão, a cooperativa apresenta maior formalização e inserção em mercados urbanos, mas depende da compra da fibra, o que eleva os custos e cria vulnerabilidades. Já no Pará, a associação quilombola se destaca pela autonomia na coleta e manejo sustentável da palmeira, embora enfrente limitações estruturais e de comercialização. Conclui-se que as cadeias de valor do artesanato em buriti que foram entrevistados são exemplos concretos de economias da sociobiodiversidade, que integram conservação ambiental, empoderamento feminino e valorização cultural. No entanto, persistem desafios relacionados à falta de infraestrutura, de políticas públicas específicas e de acesso a mercados diferenciados. O estudo aponta que o fortalecimento dessas cadeias requer governança participativa, apoio institucional contínuo e reconhecimento dos saberes tradicionais como bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

palavras-chave: artesanato; sociobiodiversidade; amazônia; fibra; cadeia de valor.

ABSTRACT

This study analyzes the structure and dynamics of socio-biodiversity value chains, focusing on buriti fiber (Mauritia flexuosa) handicrafts produced by traditional communities in the states of Pará and Maranhão. The study seeks to analyze how this activity contributes to sustainable development, income generation, and the cultural appreciation of Amazonian women artisans. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary review, data analysis from the Plant Extraction and Silviculture Survey (PEVS/IBGE, 2023), and semi-structured interviews with artisans from two collective enterprises: the Sitinho Trançando Artes Cooperative, in São Luís (MA), and the Association of Quilombola Women Artisans of the Genipaúba River (AMQG), in Abaetetuba (PA). The results reveal the strong female protagonism in the value chains of the interviewed enterprises, both in production and collective management. In Maranhão, the cooperative shows greater formalization and integration into urban markets, but depends on the purchase of the fiber, which increases costs and creates vulnerabilities. In Pará, the quilombola association stands out for its autonomy in the collection and sustainable management of the palm tree, although it faces structural and commercialization limitations. It is concluded that the buriti handicraft value chains that were interviewed are concrete examples of socio-biodiversity economies, integrating environmental conservation, women's empowerment, and cultural appreciation. However, challenges related to lack of infrastructure, specific public policies, and access to differentiated markets persist. The study points out that strengthening these chains requires participatory governance, continuous institutional support, and recognition of traditional knowledge as the basis for the sustainable development of the Amazon.

keywords: handicrafts; socio-biodiversity; amazon; fiber; value chain.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Buriti 24

Figura 02 – Palmeira buriti 25

Figura 03 – Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa 27

Gráfico 01 – Gráfico da participação na produção no ano de 2023 dos municípios produtores de fibra de buriti 31

Gráfico 02 – Gráfico do valor da produção da tonelada nos estados da Bahia, Maranhão e Pará (1994-2023). 34

Figura 04 – Artesãs da cooperativa Sitinho trançando a fibra 36

Figura 05 – Bolsa Pôr-do-sol 37

Figura 06 – Estrutura da cooperativa Sitinho 38

Figura 07 – Matéria-prima da AMQG 40

Figura 08 – Artesã da AMQG no processo de traçagem da fibra 41

Figura 09 – Sacola produzida pela AMQG feita da fibra do buriti 42

Figura 10 – Cadeia de valor da fibra do buriti da AMQG 43

LISTA DE SIGLAS

AMQG	Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do município de Oriximiná
CEQMO	Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do município de Oriximiná
GIZ	*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (Agência Alemã de Cooperação Internacional)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAVE	Natureza, Arte, Vida e Emancipação Feminina
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PEVS	Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCPS	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
RDSM	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
SBE	Sociobioeconomia
TBC	Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE **14**
2.1 Cadeia produtiva e cadeia de valor **17**
2.2 Cadeia de valor da sociobiodiversidade **18**

2.3 Revisão bibliográfica de estudos sobre cadeias de valor da sociobiodiversidade da Amazônia **20**

3 METODOLOGIA **24**

4 ANÁLISE DA CADEIA DE VALOR DA FIBRA DO BURITI **30**
4.1 Análise dos dados da produção da fibra do buriti **30**
4.2 Análise da cadeia de valor nos dois empreendimentos selecionados para o estudo de caso **34**
4.2.1 Cooperativa das Mulheres Artesãs 35

4.2.2 Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG) 39
4.2.3 Comparação entre as cadeias de valor dos dois empreendimentos estudados 45

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **49**

REFERÊNCIAS **54**

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada **56**

APÊNDICE B - Roteiro Complementar de Entrevista Semiestruturada **57**

1 INTRODUÇÃO

As economias da sociobiodiversidade têm sido cada vez mais reconhecidas como fundamentais para o desenvolvimento sustentável, pois articulam conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda para povos e comunidades tradicionais (PCTs).

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS) (Brasil, 2009) destaca que essas economias se estruturam a partir do uso sustentável da biodiversidade e da repartição justa de benefícios, considerando as dinâmicas socioculturais. Nesse sentido, as cadeias de valor da sociobiodiversidade constituem ferramentas analíticas centrais para compreender como produtos e serviços amazônicos podem circular em mercados sem romper com seus modos de vida tradicionais.

Na Amazônia, essas cadeias não se configuram de forma padronizada, mas em arranjos múltiplos que conectam comunidades, instituições e mercados. Conforme apontam Almeida, Alves e Pires (2012), tais cadeias são compostas por relações sociais, normas e estruturas de poder que moldam sua dinâmica. Maroccolo, Wadt e Diniz (2023), ressaltam que, na Amazônia Legal, há tanto potencialidades quanto fragilidades nas cadeias da sociobiodiversidade, exigindo políticas públicas de apoio. O estudo de Afonso e Ângelo (2011) demonstra que a ausência de organização social e a irregularidade da oferta ainda limitam a consolidação de mercados, reforçando a necessidade de estratégias de fortalecimento das cadeias.

Nesse contexto se insere a cadeia do artesanato de buriti (*mauritia flexuosa*). O buriti é uma palmeira que está muito presente na Amazônia e no Cerrado, cuja fibra, polpa e óleo são matérias-primas de grande valor econômico, cultural e simbólico (Afonso; Ângelo, 2011). A fibra, em especial, apresenta destaque na Amazônia, sendo utilizada em bolsas, tapetes e outros tipos de artesanato que trazem consigo identidade cultural e geram renda para as comunidades tradicionais. De acordo com o Guia Metodológico de Oficinas de Cadeia de Valor (GIZ/MMA, 2009), o artesanato é também um espaço de fortalecimento comunitário e de valorização dos saberes locais. Portanto, analisar a cadeia de valor do artesanato de buriti é compreender não apenas seus fluxos econômicos, mas também seus sentidos sociais e culturais, mostrando sua importância para a sociobiodiversidade amazônica.

Compreende-se, dessa forma, que não existe um arranjo único e padrão para as cadeias de valor da sociobiodiversidade, podendo variar em tamanho, formas de ligação e outros aspectos a depender de vários elementos, tais como território, atores envolvidos, normas formais e informais, capital social, condições socioeconômicas e ambientais, dentre outros.

Nesse sentido, este trabalho pretende se debruçar sobre uma cadeia específica, a do artesanato do buriti, e responder a seguinte questão problema: Qual a estrutura e as dinâmicas encontradas para a cadeia de valor do artesanato do buriti?

A relevância da pesquisa está associada à necessidade de analisar como as cadeias de valor da sociobiodiversidade podem ser estruturadas de forma a gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos para as comunidades tradicionais. No caso do artesanato do buriti, analisar sua dinâmica permite identificar fragilidades e potencialidades, ao mesmo tempo em que contribui para a valorização dos saberes tradicionais, para a preservação ambiental e para a geração de renda das populações.

A escolha desse objeto de estudo, entretanto, não se dá apenas por uma justificativa teórica, mas também por uma trajetória pessoal de envolvimento direto com o tema. No último ano, a autora deste trabalho vem atuando como bolsista de Iniciação Científica em um projeto de pesquisa voltado especificamente para a cadeia produtiva do buriti, o que a permitiu vivenciar diferentes dimensões do uso do buriti, especialmente a do artesanato, onde foi possível acompanhar os processos da cadeia. Essa experiência despertou ainda mais o seu interesse acadêmico e científico, motivando-a a investigar ainda mais a estrutura e as dinâmicas dessa cadeia de valor.

Por tanto, o estudo ganha importância tanto no campo pessoal quanto no científico, pois se ancora em uma experiência de pesquisa e engajamento com a temática. Mais do que uma análise acadêmica, trata-se de uma vontade de sistematizar e dar visibilidade às práticas que envolvem o artesanato do buriti, contribuindo para que sejam reconhecidas e valorizadas.

A compreensão da estrutura da cadeia do buriti permitirá identificar as fragilidades de modo que ações específicas para promoção de uma distribuição justa possam ser alcançadas, contribuindo para o alcance da sustentabilidade ecológica, social e econômica.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a estrutura da cadeia de valor do artesanato do buriti.

Com isto, surgem alguns objetivos mais específicos, como: 1) revisar as categorias conceituais de cadeia de valor e de sociobiodiversidade, o que permite ter uma base sólida sobre tais conceitos, 2) identificar os participantes da cadeia de valor do artesanato do buriti, e, 3) avaliar as fragilidades e potencialidades das ligações existentes na cadeia de valor do buriti.

Para tanto, o presente trabalho conta com 3 capítulos (além da introdução e das considerações finais), divididos da seguinte forma: um capítulo aborda a revisão bibliográfica dos conceitos de cadeia de valor e de sociobiodiversidade, outro capítulo apresenta a

metodologia utilizada na pesquisa e, por fim, o último capítulo traz a análise dos resultados obtidos.

2 CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE

A sociobiodiversidade surge como “um conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (Brasil, 2009, p. 9), e, conforme definido no PNPCPS:

> Produtos da sociobiodiversidade são aqueles gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais, bem como de agricultores familiares, promovendo a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e, assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente que vivem (Brasil, 2009, p. 9).

O Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil (ICMBio, 2019) complementa essa visão ao enfatizar que o manejo e a gestão dos recursos naturais em unidades de conservação de uso sustentável estão “[...] diretamente associados à conservação dos ambientes da floresta, dos rios, dos manguezais, do mar e, consequentemente, da sociobiodiversidade” (ICMBio, 2019, p. 5). O catálogo aponta que a conservação socioambiental depende da inclusão social e produtiva das famílias residentes nessas áreas, entendida como uma estratégia fundamental para garantir o bem-estar ecológico e social das comunidades locais: “[...] o bom uso dos recursos naturais aliado à inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais é uma excelente estratégia para a conservação da sociobiodiversidade e também para a garantia do território e de direitos fundamentais dessas comunidades” (ICMBio, 2019, p. 5).

O Catálogo (ICMBio, 2019, p. 6) destaca ainda que o enfoque ecossistêmico deve incorporar “[...] questões relacionadas à governança por meio de processos participativos e compartilhados numa lógica de bem-estar ecológico e social”. Essa perspectiva evidencia que a conservação dos ecossistemas amazônicos e de outros biomas brasileiros depende da valorização dos modos de vida tradicionais e da construção de políticas públicas que articulem inclusão produtiva, segurança alimentar e justiça social.

A mesma concepção é reafirmada por Garrett *et al*. (2024) ao introduzirem um novo conceito, o conceito de sociobioeconomia (SBE), ele tem ganhado bastante força e trata-se de uma “[...] economia baseada no uso sustentável e na restauração dos ecossistemas amazônicos, promovendo meios de vida dignos para povos indígenas, comunidades tradicionais e populações rurais” (Garrett *et al*. 2024, p. 1, tradução nossa). Garrett e seus colaboradores defendem que o desenvolvimento de sociobioeconomias oferece uma alternativa aos modelos

convencionais que atualmente são baseados em "[...] processos ecologicamente degradantes e produção de *commodities* de baixo valor" (Garrett *et al*., 2024, p. 3, tradução nossa).

A proposta é de uma economia que promova justiça processual, distributiva e restaurativa, assegurando a participação de mulheres, jovens e povos tradicionais na tomada de decisões, além de proteger seus direitos e territórios. Essa compreensão reforça a ideia já presente no PNPCPS (2009), de que a sociobiodiversidade deve ser vista como eixo central de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, pautado pela equidade, diversidade e valorização cultural.

A emergência desses conceitos está atrelada aos apontamentos de Diegues (2000; 2008) segundo o qual os povos tradicionais desenvolvem estratégias de uso dos recursos que combinam conservação ambiental, segurança alimentar e manutenção dos modos de vida locais. Ele denuncia o mito da "natureza intocada", que historicamente serviu para invisibilizar e expulsar comunidades tradicionais de territórios transformados em áreas protegidas, sob uma lógica conservacionista exclusiva. "[…] esse mito da natureza intocada e intocável reelabora não somente crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas, numa simbiose expressa pela aliança entre determinadas correntes das ciências naturais e do ecologismo preservacionista" (Diegues, 2008, p.185).

Desta forma, o autor defende que a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas, pois elas se completam.

A concepção de sociobiodiversidade, portanto, precisa ser alargada para reconhecer os saberes locais como formas legítimas de conhecimento, e os povos tradicionais como atores centrais da conservação e da produção de valor, e isso se materializa em diversos produtos da floresta em que práticas comunitárias como a coleta seletiva, o beneficiamento artesanal e o revezamento familiar refletem um saber herdado e compartilhado, capaz de manter a floresta em pé.

Dito isto, este capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos de cadeia produtiva e cadeia de valor segundo estudos de Porter (1985), Maroccolo, Wadt e Diniz (2023), Batalha (1997), De Castro, Lima e Cristo (2002), Silva (2005), Vial, Sette e Sellitto (2009), e do PNPCPS (2009).

Cada um desses autores contribui de maneira específica para a compreensão do tema, oferecendo abordagens complementares sobre os processos produtivos, a agregação de valor e

a sustentabilidade nas cadeias econômicas. Porter (1985) apresenta o conceito clássico de cadeia de valor, no qual o valor é gerado por meio da articulação entre atividades primárias e de apoio dentro de uma organização.

Em complemento, Batalha (1997) propõe uma visão voltada à cadeia produtiva agroindustrial, enfatizando os fluxos de insumos, produtos e informações entre os agentes econômicos.

Por sua vez, De Castro, Lima e Cristo (2002) destacam a relevância das interações institucionais e dos mecanismos de governança que influenciam o desempenho das cadeias produtivas.

Silva (2005) entende a cadeia produtiva como um conjunto integrado de empresas e sistemas que atuam desde a produção até o consumo, permitindo identificar potencialidades, fragilidades e formas de aprimorar a competitividade.

Já Vial, Sette e Sellitto (2009) trazem sobre a relevância das cadeias produtivas curtas.

Por fim, Maroccolo, Wadt e Diniz (2023) e o PNPCPS (2009) aproximam a teoria da realidade amazônica. O plano estabelece diretrizes políticas voltadas à inclusão social, ao uso sustentável dos recursos naturais e à repartição justa dos benefícios, constituindo-se como base normativa para o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade no Brasil. Já os autores Maroccolo, Wadt e Diniz (2023) analisam empiricamente o funcionamento dessas cadeias na Amazônia Legal, com ênfase nos processos de governança, cooperação e agregação de valor em experiências de base comunitária. A contribuição desses referenciais é essencial para compreender as dinâmicas sociais e produtivas das cadeias artesanais analisadas neste estudo, fornecendo o suporte teórico necessário para a análise das experiências locais de sociobiodiversidade.

2.1 Cadeia produtiva e cadeia de valor

Porter (1985) na obra *Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance* trouxe o termo cadeias de valor, definido como "[…] compreende todas as atividades realizadas por uma organização para criar valor ao produto ou serviço, desde a aquisição de insumos até a entrega ao consumidor final" (Porter, 1985, p. 11, tradução nossa). Porter dividiu as atividades em dois grupos: atividades primárias (logística, operações, marketing, vendas e serviço) e atividades de apoio (infraestrutura, recursos humanos,

desenvolvimento tecnológico e suprimentos). Essa perspectiva permite compreender como cada etapa do processo produtivo contribui para o resultado final e para a criação de vantagem competitiva, sendo essencial para analisar a formação de valor nas cadeias da sociobiodiversidade, nas quais as dimensões culturais e simbólicas também assumem importância central.

Posteriormente, Batalha (1997) conversa com a ideia de Porter (1985) na obra *Gestão Agroindustrial,* porém, trazendo o termo "cadeias produtivas", o autor defende que as cadeias produtivas são a soma de todas as operações de produção e comercialização que foram necessárias para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, isto é, até que o produto chegue às mãos de seu usuário, seja ele um particular ou uma organização. Essa abordagem auxilia na compreensão das relações de interdependência entre os elos produtivos e na importância da coordenação entre eles para a eficiência e competitividade do sistema. Quando adaptado à realidade das comunidades amazônicas, esse modelo permite compreender como a cooperação e a solidariedade se substituem às hierarquias típicas das cadeias industriais tradicionais.

De Castro, Lima e Cristo (2002), reforçam a ideia de Batalha (1997) da cadeia produtiva como um instrumento de visão sistêmica, que partia da premissa de que a produção de bens podia ser representada como um sistema, onde os diversos atores estavam interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema. Os autores abordam como as políticas públicas, as redes de cooperação e os arranjos institucionais moldam as dinâmicas territoriais e interferem diretamente na formação e consolidação das cadeias de valor. Essa perspectiva dialoga com a realidade das cadeias da sociobiodiversidade, em que a atuação do Estado e das instituições de apoio é fundamental para o fortalecimento dos empreendimentos comunitários e sustentáveis.

De acordo com Silva (2005), a cadeia produtiva pode ser compreendida como o conjunto de elementos, como empresas ou sistemas, que interagem em um processo produtivo com o objetivo de ofertar produtos ou serviços ao mercado consumidor. O autor ressalta que compreender esse conceito permite uma visão integral da cadeia, a identificação de suas potencialidades e fragilidades, o estímulo à cooperação técnica entre os agentes envolvidos, a detecção de gargalos e a melhoria dos fatores que condicionam a competitividade em cada segmento.

Em suas reflexões, Vial, Sette e Sellitto (2009) destacam a relevância das cadeias produtivas curtas, caracterizadas pela redução de intermediários e pela valorização da relação direta entre produtores e consumidores. Segundo os autores, "[…] as cadeias produtivas curtas têm como objetivo saltar todas as intermediações permitindo à empresa agrícola aumentar a margem oferecendo seus produtos com melhor qualidade e favorecer a relação entre quem produz e quem consome" (Vial; Sette; Sellitto, 2009, p. 8). Essa configuração contribui para a valorização da produção local, o fortalecimento da economia regional e a construção de modelos produtivos mais sustentáveis. Como afirmam os autores, "[…] esse tipo de arranjo dá vida a um modelo de desenvolvimento local mais correto, com menos desequilíbrio e mais sustentabilidade" (Vial; Sette; Sellitto, 2009, p. 8), evidenciando que o fortalecimento das conexões locais e a cooperação entre os agentes constituem caminhos promissores para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado e ambientalmente responsável.

De acordo com Maroccolo, Wadt e Diniz (2023) quando se trata da sociobiodiversidade, o termo cadeia de valor é mais adequado, pois, mesmo sendo um conceito recente, tem se mostrado melhor para capturar as múltiplas dimensões envolvidas. "[…] quando se pensa na sustentabilidade da sua cadeia e na necessidade de se construírem estruturas que facilitem o fluxo eficaz e eficiente de bens, pagamentos e serviços, a abordagem da cadeia de valor parece ser o melhor caminho a ser trilhado" (Maroccolo; Wadt; Diniz, 2023, p. 175). Apesar disso, o PNPCPS, criado em 2009 para o fortalecimento das cadeias de produtos da Sociobiodiversidade, considera o termo cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A próxima seção irá se aprofundar nas especificidades das cadeias da sociobiodiversidade.

2.2 Cadeia de valor da Sociobiodiversidade

Apesar de ser um plano de 2009, o PNPCPS, ainda é a principal referência conceitual quando se trata de cadeias produtivas e de valor da sociobiodiversidade, pois nele encontram-se sistematizados conceitos e diretrizes fundamentais para a compreensão dessa abordagem. Mesmo que atualmente o próprio termo sociobiodiversidade esteja sendo paulatinamente substituído, inclusive no âmbito das políticas públicas, por termos como bioeconomia e sociobioeconomia, este estudo considera que o PNPCPS é um importante norteador para a compreensão do que se entende por Economias da Sociobiodiversidade, por isso a escolha por utilizá-lo.

Segundo o PNPCPS (2009, p 9), “[...] cadeia de valor é um sistema constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização do produto”.

Já as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, segundo o PNPCPS, têm características singulares quando comparadas às cadeias produtivas convencionais, elas articulam elementos de conservação ambiental, valorização da diversidade biológica e dos saberes tradicionais, bem como mecanismos de geração de renda com inclusão social e respeito aos direitos culturais e territoriais dos povos envolvidos. Dessa forma, essas cadeias não são apenas econômicas, mas também socioculturais, ambientais e políticas, constituindo-se em estratégias integradas de desenvolvimento sustentável. Um ponto central no conceito apresentado pelo plano é a repartição justa dos benefícios, ou seja, a garantia de que os lucros, oportunidades e vantagens geradas ao longo da cadeia sejam partilhados equitativamente entre os elos que a compõem especialmente com as comunidades tradicionais que manejam e conservam os recursos naturais (Brasil, 2009).

Para o PNPCPS, (Brasil, 2009, p. 11-19) as cadeias produtivas da sociobiodiversidade são compostas por diversas etapas interligadas, que incluem:

> 01) educação e pesquisa, onde há capacitação e geração de conhecimento para aprimorar as práticas relacionadas à sociobiodiversidade; 2) o manejo, que ensina práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, respeitando os ciclos ecológicos e os saberes tradicionais, 3) a produção, fazendo o cultivo ou extração dos produtos da sociobiodiversidade, realizados por comunidades locais, 4) o beneficiamento, que é o processamento dos produtos para agregar valor, podendo incluir secagem, moagem, extração de óleos, entre outros, 5) a distribuição, que se trata da logística de transporte dos produtos beneficiados até os pontos de comercialização, 6) a própria comercialização, onde ocorre a venda dos produtos em mercados locais, regionais, nacionais ou internacionais, buscando garantir preços justos e acesso a novos mercados, e, por fim, 7) o consumo que é a aquisição e utilização dos produtos pelos consumidores finais, promovendo o reconhecimento e a valorização da sociobiodiversidade brasileira. Cada uma dessas etapas é fundamental para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a valorização cultural das comunidades envolvidas.

Da mesma forma, Saes *et al*. (2023) traz que as cadeias de valor da sociobiodiversidade são sistemas que conectam múltiplos atores, como as comunidades locais, as organizações intermediárias, e os consumidores, em torno da produção, da circulação e do consumo de produtos que integram valores culturais, ecológicos e sociais. Eles declaram que “[...] as cadeias da sociobiodiversidade não devem apenas gerar eficiência produtiva, mas promover a resiliência ecológica e fortalecer a diversidade cultural” (Saes *et al*., 2023, p. 2, tradução nossa).

A construção de cadeias de valor sustentáveis, inclusivas e capazes de promover justiça ambiental e econômica passa, necessariamente, pela participação ativa dos atores locais em todas as etapas do processo. Nesse contexto, as Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor, baseadas na metodologia *Value Links*, têm se consolidado como uma ferramenta estratégica de mobilização, planejamento e intervenção territorial nas cadeias da sociobiodiversidade.

Essa metodologia, sistematizada e adaptada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com a GTZ (atual GIZ) obteve como resultado o *Guia Metodológico de Implementação de Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor*, que propõe passos fundamentais que estruturam um processo participativo, desde a análise da realidade local até a implementação e avaliação de projetos de melhoria. Entre os princípios orientadores destacam-se: inclusão social, planejamento conjunto, perspectiva sistêmica da cadeia, orientação para ação, e a valorização de saberes locais e práticas tradicionais como pontos de partida para o desenvolvimento (GIZ/MMA, 2009).

A próxima seção apresentará alguns estudos sobre cadeias de valor da sociobiodiversidade da Amazônia, com o intuito de mapear iniciativas de estruturação das cadeias já realizadas e assim, direcionar a abordagem que será escolhida neste estudo.

2.3 Revisão bibliográfica sobre cadeias de valor da sociobiodiversidade da Amazônia

As cadeias de valor da sociobiodiversidade, quando orientadas pelos princípios da justiça social, da sustentabilidade ecológica e da valorização dos saberes tradicionais, se revelam como um caminho estratégico para o desenvolvimento territorial e o fortalecimento de comunidades tradicionais. Mais do que simples sistemas produtivos, essas cadeias atuam como espaços de articulação entre conhecimento local, práticas culturais e conservação ambiental (Brasil, 2009).

2.3.1 O caso da cadeia da castanha na Calha Norte (PA)

O estudo de Krag e Santana (2017) sobre a cadeia da castanha na Calha Norte mostra que a mesma apresenta características sistêmicas marcantes: da coleta em territórios quilombolas, passando por atravessadores, até as agroindústrias de beneficiamento e exportação. Apesar da alta dependência das comunidades locais por essa atividade, a base extrativista permanece sendo o elo onde ocorre a menor apropriação de valor, evidenciando a

necessidade de políticas públicas e estratégias organizacionais que revertam essa lógica de desigualdade estrutural.

A cadeia da castanha na Calha Norte representa não apenas uma atividade econômica, mas também um modo de vida e um espaço de resistência sociocultural. Comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas da Amazônia Legal não apenas participam da cadeia, mas a reconfiguram a partir de seus próprios valores. As práticas de coleta, por exemplo, muitas vezes respeitam critérios ecológicos, como a decisão de deixar dois ouriços por castanheira, permitindo a regeneração natural da espécie (Krag; Santana, 2017). Essas práticas são permeadas por relações comunitárias, tradições orais, festas locais e espiritualidades que dão à sociobiodiversidade seu caráter simbólico. Elas são sustentadas por organizações como a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do município de Oriximiná (ARQMO) e a Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do município de Oriximiná (CEQMO) que representam mais de mil extrativistas quilombolas, e por mulheres que atuam em etapas centrais da produção, desde a separação até a secagem das amêndoas.

A região da Calha Norte no Pará, fica localizada na margem direita do Rio Amazonas e representa um dos mais importantes territórios de conservação ambiental e sociocultural da Amazônia brasileira, é composta por extensas áreas de floresta densa e intercalada por comunidades tradicionais especialmente quilombolas, essa região se destaca por sua forte dependência do extrativismo, em especial da castanha-do-pará (Krag; Santana, 2017). Segundo os autores, a cadeia produtiva da castanha do Pará nessa região é estruturada a partir da ação comunitária e da articulação entre organizações locais, como as já citadas ARQMO e a CEQMO. Essas entidades vêm desenvolvendo um trabalho pioneiro de valorização da castanha como produto da sociobiodiversidade, atuando desde a coleta nos castanhais nativos até a comercialização com valor agregado em mercados solidários. O modelo produtivo adotado respeita a sazonalidade do fruto e envolve práticas socialmente pactuadas com base no conhecimento ecológico local, "[...] costumam deixar na área dos castanhais dois ouriços por castanheira, para garantir o seguimento desta espécie" (Krag; Santana, 2017, p. 370)

Contudo, apesar de seu potencial ecológico, social e econômico, Krag e Santana (2017) expõem que a cadeia da castanha enfrenta diversos desafios estruturais, entre eles a infraestrutura precária para transporte da produção (geralmente por rios ou trilhas), a baixa agregação de valor local, com forte presença de atravessadores que capturam grande parte da renda gerada, a falta de políticas públicas integradas para apoio técnico, logístico e de mercado

e o reconhecimento limitado da especificidade sociocultural das comunidades extrativistas nos arranjos institucionais. Esses obstáculos, segundo os autores, podem ser superados por meio de políticas públicas co-construídas com os territórios e do fortalecimento de estratégias coletivas, como as oficinas de promoção de cadeias de valor, mencionadas no Guia Metodológico do MMA (2009). Além disso, a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade em compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é uma das estratégias mais eficazes para garantir renda estável e estimular a permanência das populações no campo, em harmonia com a floresta (Brasil, 2009).

2.3.2 O caso do pirarucu manejado na RDSM (AM)

Saes *et al*. (2023), ao propor métodos e indicadores próprios para a bioeconomia sociobiodiversa, contribui significativamente para o avanço analítico e prático no campo, a partir de estudos como o da cadeia do pirarucu manejado na Reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá, a RDSM, no Amazonas. Os autores demonstram que é possível avaliar o desempenho dessas cadeias com base em critérios como governança coletiva, valorização do conhecimento tradicional, empoderamento de mulheres, e conservação ambiental. O estudo cita que as cadeias da sociobiodiversidade não devem visar apenas eficiência produtiva, mas também a resiliência dos ecossistemas e a diversidade cultural das comunidades envolvidas.

O pirarucu é manejado por meio de algumas regras comunitárias que regulam a pesca sustentável, com forte participação local e uma base científica que é apoiada pelas organizações intermediárias. Essa estrutura favorece a governança compartilhada e traz impactos positivos, como a recuperação da espécie, geração de renda para as famílias envolvidas e o fortalecimento da organização comunitária. Além disso, o estudo evidencia que a cadeia do pirarucu é valorizada por representar uma história de êxito local na conservação participativa e no uso sustentável de um recurso que antes era ameaçado (Saes *et al*., 2023).

O estudo de Saes *et al.* (2023) mostra, ainda, que a cadeia do pirarucu como um caso emblemático de bioeconomia da sociobiodiversidade, pois alia conservação da biodiversidade e geração de renda, ainda que a renda obtida seja, em muitos casos, uma renda complementar. Ele identificou que os bons resultados sociais e ambientais da cadeia são atribuídos muito às ações coletivas das comunidades, ao papel das organizações que intermediam e ao

conhecimento local, enquanto os principais obstáculos estão relacionados à infraestrutura precária, burocracia e falhas institucionais.

Os aprendizados reunidos nas experiências citadas apontam para a necessidade de construir plataformas colaborativas que vão além da lógica de projetos pontuais, permitindo que os diferentes elos da cadeia compartilhem poder, construam confiança e definam coletivamente os rumos de sua produção com base na realidade dos territórios e no protagonismo de seus povos. Elas indicam que a combinação entre mobilização comunitária, apoio institucional contínuo e estratégias territoriais de desenvolvimento é o caminho mais eficaz para consolidar cadeias de valor da sociobiodiversidade como eixos sustentáveis de geração de renda, justiça social e conservação.

Essas abordagens superam os modelos convencionais de análise de cadeias produtivas, frequentemente centrados na lógica da competitividade e na maximização do valor econômico. O caso da Castanha do Pará, nas regiões da Calha Norte (PA) e do pirarucu no Amazonas, reforça essa perspectiva ao evidenciar que a ação coletiva, o apoio de instituições e o uso de indicadores participativos são fundamentais para a consolidação dessas cadeias como instrumentos de emancipação territorial. Assim, propõe-se que as políticas públicas para a sociobiodiversidade avancem na co-criação de indicadores de sucesso, na formação de redes solidárias e na priorização de arranjos produtivos que reconheçam o território não apenas como recurso, mas como lugar de vida, cultura e identidade.

3 METODOLOGIA

Segundo o estudo de Afonso e Angelo (2011), o buriti (*mauritia flexuosa*) é uma palmeira da sociobiodiversidade brasileira amplamente encontrada em diversas regiões do país, especialmente na Amazônia e no Cerrado. Com alta capacidade de aproveitamento dos seus componentes morfológicos, ele se destaca como um produto florestal não madeireiro capaz de gerar renda para comunidades tradicionais que trabalham com o seu manejo. A seguir, imagem do fruto buriti:

Figura 01 - Buriti

Fonte: autoria própria (2025).

Os autores destacam que desta espécie é possível produzir a polpa e o óleo a partir dos frutos, que por sua vez irão integrar produtos nos setores alimentícios e cosméticos, respectivamente. Além disso, do pecíolo, é possível retirar a fibra, responsável pela confecção dos mais diversos produtos artesanais (Afonso; Ângelo, 2011). A seguir, imagem da palmeira:

Figura 02 – Palmeira buriti

Fonte: autoria própria (2025).

O extrativismo do buriti garante a subsistência de diversas comunidades amazônicas, que se organizam para colher os frutos nos buritizais, processá-los e transformá-los. Assim, o buriti se consolida como um importante recurso da sociobioeconomia, pois alia a geração de renda a um modelo de desenvolvimento sustentável, cujas bases se associam aos saberes tradicionais.

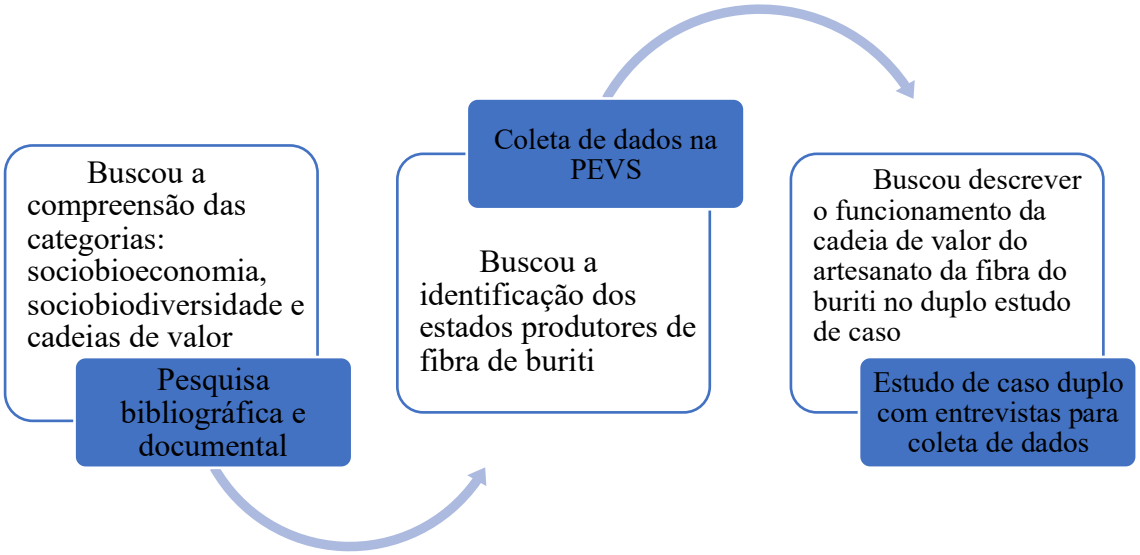
A valorização da identidade tradicional e a versatilidade produtiva do buriti, conferem a esse fruto cadeias de valor singulares e abrangentes, que convocam elos a níveis regionais, nacionais e internacionais. No entanto, ainda há carência de conhecimentos acerca da organização dessas cadeias, o que dificulta o seu fortalecimento, principalmente na Amazônia.

Dito isto, o presente estudo é uma pesquisa com abordagem qualitativa tendo como foco compreender o funcionamento e a organização das cadeias de valor do artesanato da fibra do buriti desenvolvidas especialmente na Amazônia. Essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma análise mais aprofundada das percepções, práticas e significados atribuídos pelas participantes às suas atividades produtivas, considerando as dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas que envolvem o trabalho artesanal.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa é adequada para compreender fenômenos sociais complexos, nos quais a subjetividade, as relações humanas e o contexto cultural desempenham papel fundamental. Nesse sentido, o estudo busca analisar o artesanato do buriti não apenas como atividade econômica, mas como expressão de identidades locais e como estratégia de sustentabilidade e fortalecimento comunitário. A natureza descritiva da pesquisa se justifica pelo interesse em retratar e interpretar as experiências vivenciadas pelas artesãs, sem a pretensão de estabelecer generalizações, mas sim de compreender em profundidade os processos e significados observados.

A pesquisa utilizou diversos procedimentos para coleta dos dados, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura 03 – Procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A primeira etapa do estudo consistiu em uma revisão bibliográfica em artigos e trabalhos científicos que abordam sobre cadeia de valor, sociobiodiversidade e buriti, e, posteriormente adentrando o objeto específico deste estudo, a fibra do buriti, permitindo compreender os conceitos acerca do tema. Nessa etapa também foi realizada uma pesquisa documental em políticas públicas voltadas para sociobiodiversidade, povos e comunidades tradicionais e sociobioeconomia. O critério de escolha dos textos utilizados na revisão foi a relevância dos mesmos de acordo com o julgamento da autora e sua orientadora. Para realizar a análise dos dados levantados, optou-se uma revisão narrativa buscando discutir o estado da arte sobre as temáticas sem a intenção de abordar todos os estudos sobre os temas (Rother, 2007).

A segunda etapa consistiu na coleta de dados da produção da fibra do buriti, realizada na Pesquisa de Extrativismo e Silvicultura (PEVS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2023, com o objetivo de identificar os maiores produtores da fibra que serviu como indicativo para escolha do estudo de caso. Esses dados foram fundamentais pois permitiram identificar os principais estados produtores da fibra de buriti no Brasil. O levantamento revelou três estados com produção significativa: o Pará, o Maranhão e a Bahia. Considerando os objetivos da pesquisa e o foco na Amazônia Legal, apesar de o estado da Bahia

ter sido identificado como um forte produtor da fibra, optou-se por delimitar a pesquisa à região amazônica, de modo que apenas os estados do Pará e do Maranhão foram selecionados para o aprofundamento do estudo.

A terceira e última etapa consistiu na busca por empreendimentos coletivos ligados à cadeia da fibra do buriti localizados nos dois estados maiores produtores da fibra de buriti na Amazônia Legal, identificados na etapa anterior. Essa busca foi realizada por meio de pesquisa no google, notícias, redes sociais (especialmente Instagram e Facebook), contatos telefônicos e e-mails com grupos de pesquisa de outras Universidades. Essa etapa resultou em um arquivo com informações sobre nome dos empreendimentos, localização, forma de organização (associação, cooperativa ou se os artesãos trabalham de forma individual), contatos disponíveis e redes sociais, quando existentes.

Optou-se por trabalhar com múltiplos estudos de caso para representar os estados produtores, escolhendo um empreendimento coletivo de cada estado amazônico. No Pará, o estudo foi conduzido com uma associação de mulheres artesãs, localizada na cidade de Abaetetuba, enquanto no Maranhão foi selecionada uma cooperativa, também formada apenas por mulheres e localizada na capital do estado, São Luís. Esse recorte permitiu contemplar as distinções e as semelhanças nos processos de produção dos dois empreendimentos. O critério para escolha desses empreendimentos foi a disponibilidade que os mesmos demonstraram em participar da pesquisa, sendo que ambas forneceram a declaração de aceite de participação e divulgação dos resultados, uma por meio de assinatura do termo e outra por meio de gravação de áudio.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, aplicada com um representante de cada empreendimento coletivo analisado. Essa escolha metodológica teve como objetivo possibilitar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de funcionamento, dos desafios enfrentados e das estratégias de organização adotadas pelos dois grupos de mulheres artesãs. As entrevistas foram conduzidas de forma remota, por meio das plataformas digitais Zoom e Whatsapp (videochamada), de modo a garantir a acessibilidade e a viabilidade da comunicação entre pesquisadora e entrevistadas, considerando a distância e a rotina de trabalho das participantes.

A primeira entrevista ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2025, com a representante da Cooperativa de Mulheres Artesãs, a Sitinho Trançando Artes, localizada em São Luís, Maranhão, a entrevista foi realizada com a presidente da Cooperativa. A conversa, realizada via

zoom, teve duração aproximadamente de 45 minutos, e abordou aspectos relacionados à estrutura organizacional, à divisão do trabalho, às formas de comercialização e à importância da cooperativa na geração de renda e fortalecimento da autonomia feminina. Posteriormente, houve uma continuação da entrevista no dia 28 de maio de 2025, também de forma remota, com duração de cerca de 15 minutos, destinada a esclarecer pontos complementares e aprofundar questões sobre os processos de produção e gestão

A segunda entrevista foi realizada no dia 11 de março de 2025, com a representante da Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG), situada em Abaetetuba, no Pará, por meio de videochamada no whatsapp, com aproximadamente 30 minutos de duração, a entrevista foi realizada com a conselheira fiscal da Associação. O diálogo abordou temas como a origem da associação, o papel das mulheres quilombolas na cadeia produtiva do artesanato e as estratégias de valorização cultural e comercialização dos produtos. Essa entrevista teve continuação no dia 15 de junho de 2025, também via whatsapp, com duração de cerca de 10 minutos, para complementação de informações e atualização de dados sobre a atuação recente do grupo. O próximo capítulo traz as análises das cadeias de valor da fibra do buriti.

4 ANÁLISE DA CADEIA DE VALOR DA FIBRA DO BURITI

A análise dos dados da produção da PEVS forneceu um panorama quantitativo sobre a distribuição territorial e o valor econômico da produção de fibra do buriti, permitindo identificar os principais polos produtivos. No entanto, para além dos números, tornou-se fundamental compreender como essa atividade se manifesta na prática, considerando as dimensões sociais, culturais e organizacionais que sustentam o trabalho das comunidades locais. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes de empreendimentos coletivos nos dois estados amazônicos produtores da fibra do buriti complementam a análise, oferecendo uma visão mais profunda sobre os modos de produção, as relações de trabalho e as estratégias de valorização da fibra.

As entrevistas se mostraram de grande relevância para a pesquisa, uma vez que possibilitaram compreender todo o processo de produção e comercialização desenvolvido pelos dois empreendimentos analisados. A partir do que foi relatado pelas representantes, foi possível identificar tanto as semelhanças quanto às especificidades de cada realidade, considerando que uma das organizações se constitui como Cooperativa e a outra como Associação. Essa distinção reflete diretamente nas formas de organização do trabalho, nas estratégias de comercialização e nas relações estabelecidas com o território, especialmente por se tratar de estados distintos, com contextos socioeconômicos próprios. Dessa forma, as entrevistas não apenas forneceram informações técnicas sobre a estrutura das cadeias dos empreendimentos, mas também trouxeram informações importantes que ajudam a compreender a diversidade das experiências existentes no universo do artesanato com a fibra do buriti.

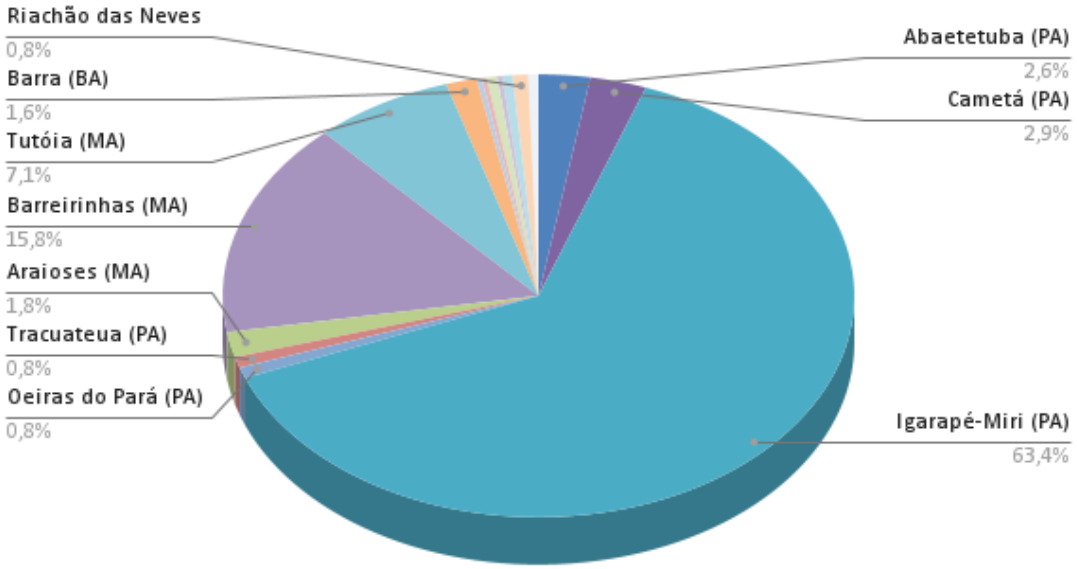
Diante disto, este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos através do mapeamento feito na PEVS e das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas.

4.1 Análise dos dados da produção da fibra do buriti

Os dados da PEVS foram organizados e contemplam tanto a quantidade produzida quanto os valores da produção, já corrigidos pela inflação, ano base 2023, no período de 1994 a 2023.

No que diz respeito à quantidade produzida, é possível observar que a atividade se concentra em determinados municípios de cada estado, revelando padrões distintos de organização territorial. No Pará, os municípios de Abaetetuba, Tracauteua, Oeiras do Pará, Cametá e Igarapé-Miri (sendo este o maior produtor do estado e do país) figuram entre os produtores de fibra de buriti. Já no Maranhão, os municípios de Tutóia, Araioses e Barreirinhas assumem maior relevância, compondo os principais polos de extração e utilização do recurso. No Estado da Bahia, destaca-se os municípios de Riachão das Neves e Barra. Essa distribuição reflete tanto a disponibilidade natural da palmeira quanto às dinâmicas sociais e produtivas próprias de cada estado, como pode ser observado na figura a seguir.

Gráfico 01 – Gráfico da participação na produção no ano de 2023 dos municípios produtores de fibra de buriti.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do PEVS (IBGE, 2025).

A partir da análise dos dados, observa-se que a produção é fortemente concentrada, com Igarapé-Miri (PA) respondendo sozinho por 63,4% do total nacional, o que o consolida como o maior polo extrativista de buriti do Brasil. Esse resultado confirma o papel central do município na cadeia produtiva da fibra, refletindo tanto a abundância natural da palmeira quanto a longa tradição das comunidades locais na extração e beneficiamento do recurso. A predominância de Igarapé-Miri demonstra ainda a relevância do extrativismo familiar e

comunitário como base econômica e sociocultural, onde o buriti constitui um dos principais recursos da sociobiodiversidade utilizados pelas populações ribeirinhas (Afonso, 2008).

Além de Igarapé-Miri, outros municípios paraenses aparecem com participações expressivas, como Cametá (2,9%) e Abaetetuba (2,6%). Esses três municípios pertencem à mesma região de integração, a região do Rio Tocantins e formam um corredor de produção tradicional, onde o manejo do buriti está associado ao conhecimento local e à transmissão intergeracional de saberes. A presença de grupos extrativistas e de iniciativas voltadas à comercialização da fibra demonstra que o Pará concentra não apenas a maior produção, mas também uma estrutura produtiva consolidada, sustentada por práticas coletivas e por arranjos territoriais baseados na solidariedade e na cooperação (Afonso, 2008).

No Maranhão, a produção se concentra principalmente nos municípios de Barreirinhas (15,8%) e Tutóia (7,1%), localizados na região dos Lençois Maranhenses, além de Araioses (1,8%). Essa distribuição mostra que a extração da fibra no estado está fortemente associada ao artesanato tradicional (Sousa, 2015). A expressiva participação desses municípios confirma que o Maranhão, embora não possua o mesmo volume de extração que o Pará, desempenha um papel essencial na cadeia de transformação e agregação de valor, sendo o estado onde o buriti é mais intensamente utilizado na produção artesanal e na geração de renda para grupos de mulheres artesãs (Sousa, 2015).

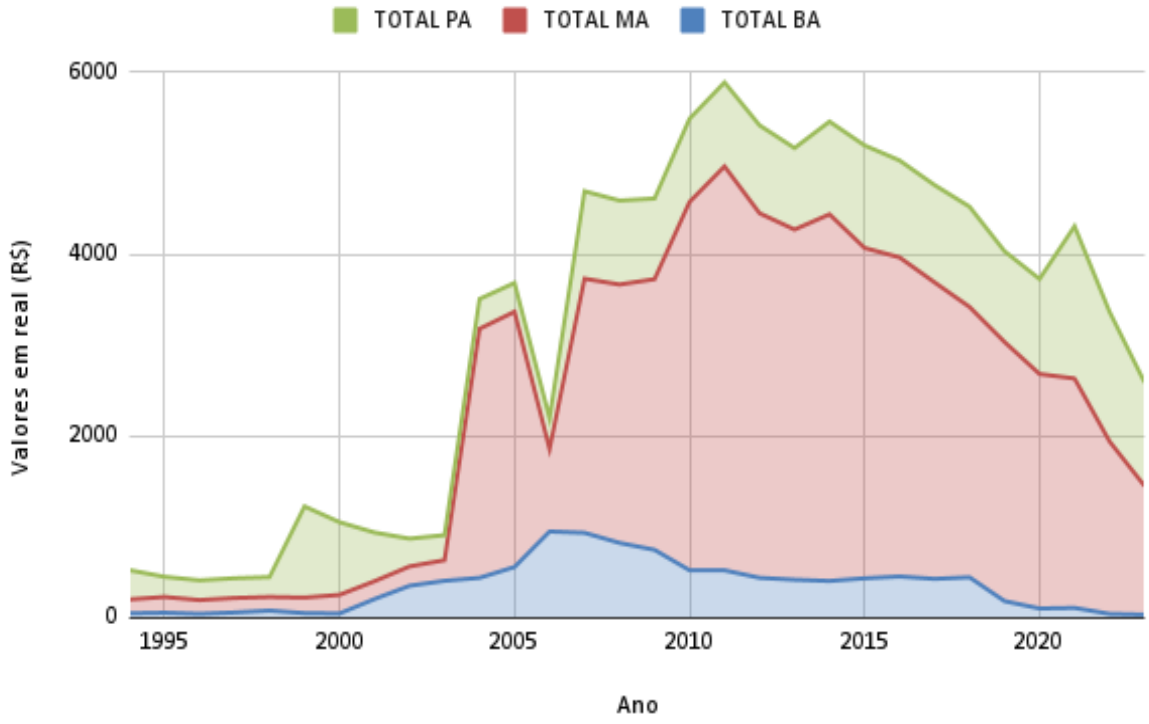
A Bahia, representada pelos municípios de Barra (1,6%) e Riachão das Neves (0,8%), apresenta uma participação significativamente menor na produção total. Esse resultado indica que, embora a palmeira também ocorra em áreas do Cerrado baiano, a exploração econômica da fibra é menos estruturada e tem menor expressão no contexto da sociobiodiversidade nacional.

De modo geral, o gráfico evidencia que a produção de fibra do buriti é fortemente concentrada em poucos municípios amazônicos, com destaque para o Pará e o Maranhão, responsáveis por quase a totalidade dos volumes registrados. Essa concentração territorial revela não apenas a importância ecológica e econômica da palmeira nas regiões de várzea amazônica, mas também o papel estratégico das comunidades locais na manutenção de práticas extrativistas sustentáveis. Ao mesmo tempo, o predomínio de determinados polos indica a necessidade de diversificação e fortalecimento das cadeias curtas de valor, a fim de ampliar as oportunidades de geração de renda e promover maior equilíbrio territorial na produção.

A partir dessa análise, percebe-se que a distribuição desigual da produção reflete as condições ecológicas, históricas e socioeconômicas de cada estado. Enquanto o Pará se destaca pela escala e continuidade do extrativismo, o Maranhão se sobressai pela agregação de valor cultural e artesanal. Essa complementaridade reforça o entendimento de que as cadeias de valor da sociobiodiversidade devem ser analisadas em sua totalidade, da extração à transformação, reconhecendo o papel essencial das comunidades que sustentam a produção de forma tradicional e ambientalmente responsável.

Quanto aos valores da produção, são apresentadas oscilações ao longo do tempo, assim como mostra a figura a seguir:

Gráfico 02 - Gráfico do valor da produção da tonelada nos estados da Bahia, Maranhão e Pará (1994-2023).



Fonte: Elaborado pela autora, com dados do PEVS (IBGE, 2025).

O gráfico acima apresenta a evolução do valor da produção de fibra do buriti nos estados do Pará, Maranhão e Bahia entre os anos de 1994 e 2023, evidenciando variações significativas ao longo dos anos. Observa-se um crescimento expressivo a partir do início dos anos 2000, especialmente nos estados do Pará e do Maranhão, que assumem posição de destaque no cenário nacional. Esse aumento pode ser associado à maior valorização dos produtos da sociobiodiversidade, à ampliação de políticas públicas voltadas ao extrativismo

sustentável e à inserção gradativa do artesanato em fibras naturais nos mercados regionais e institucionais.

No Pará, representado pela área verde, verifica-se um aumento acentuado do valor da produção entre 2004 e 2010, atingindo o pico máximo por volta de 2011, quando os valores da produção da tonelada da fibra do buriti ultrapassam R$5.000,00. Esse crescimento indica um período de fortalecimento das cadeias extrativistas e artesanais, provavelmente relacionado a iniciativas de fomento e programas de valorização da sociobiodiversidade, como os desenvolvidos no âmbito do PNPCPS (2009). Após esse auge, observa-se uma tendência de declínio gradual até 2023, possivelmente decorrente de fatores como a redução do apoio institucional, a descontinuidade de políticas públicas e as dificuldades enfrentadas pelos grupos locais para manter a produção em escala competitiva.

No Maranhão, identificado pela área vermelha, a curva segue trajetória semelhante à do Pará, embora com valores ligeiramente inferiores. Entre 2004 e 2012 houve um crescimento expressivo, alcançando o ponto máximo próximo de R$4.500,00 valor da produção por tonelada. Após 2013, entretanto, o valor da produção também apresenta queda contínua, refletindo a instabilidade econômica e a sazonalidade da atividade extrativista, além das limitações de infraestrutura e de acesso ao mercado enfrentadas por parte dos empreendimentos comunitários.

A Bahia, representada pela área azul, apresenta valores de produção significativamente inferiores aos demais estados, mantendo-se praticamente estáveis durante todo o período, com pequenas oscilações entre 2005 e 2015. Isso indica que, embora o buriti também ocorra em ecossistemas baianos, a atividade extrativa e o uso artesanal da fibra não têm a mesma relevância econômica observada na Amazônia, onde a planta ocupa um papel importante nas economias locais.

De modo geral, o cenário reforça a necessidade de compreender as cadeias locais em sua complexidade, considerando não apenas os números levantados, mas também as formas de organização social e os desafios de mercado enfrentados pelos empreendimentos que trabalham com essa matéria-prima.

Com isto, a próxima seção traz a descrição e a análise das cadeias dos empreendimentos coletivos que foram entrevistados.

4.2 Análise da cadeia de valor nos dois empreendimentos selecionados para o estudo de caso

As entrevistas que foram realizadas com as representantes dos empreendimentos comunitários do Maranhão e do Pará permitem compreender de uma forma mais aprofundada a configuração das cadeias produtivas do artesanato em fibra de buriti nos dois estados. Apesar de ambas estarem inseridas no mesmo universo da sociobiodiversidade amazônica, cada experiência apresenta características próprias em termos de organização social, acesso à matéria-prima, processos produtivos, comercialização e as dificuldades enfrentadas.

Embora se reconheça que o estudo de dois empreendimentos coletivos pode não significar um retrato fiel do funcionamento das cadeias de valor, ainda assim, considera-se que esse estudo é uma boa aproximação da realidade vivenciada pelos coletivos produtivos, pois os empreendimentos selecionados atendem aos critérios da pesquisa cujo foco são coletivos produtivos de PCTs que fazem uso da fibra do buriti para artesanato e que estão localizados nos Estados do Pará e Maranhão.

4.2.1 Cooperativa das Mulheres Artesãs

No Maranhão, a Cooperativa das Mulheres Artesãs, conhecida como Sitinho Trançando Artes, localizada na capital São Luís, surgiu há cerca de sete anos como resultado de um movimento de fortalecimento do trabalho coletivo e da valorização da produção artesanal feminina. Atualmente, a cooperativa reúne aproximadamente vinte mulheres que atuam de forma integrada e colaborativa em todas as etapas do processo produtivo. Essa organização permitiu que o grupo estruturasse um modelo de gestão participativa, no qual cada integrante desempenha um papel específico e essencial para o funcionamento da cadeia de produção.

A estrutura de trabalho da cooperativa reflete os princípios da economia solidária, baseando-se na cooperação, na partilha dos resultados e na valorização das capacidades individuais (França Filho; Laville, 2004). A divisão do trabalho é bem definida e baseada tanto nas habilidades individuais quanto na experiência acumulada por cada artesã ao longo dos anos. Algumas mulheres se dedicam ao trançado da fibra de buriti, enquanto outras concentram-se na montagem das peças, combinando formas e estilos que refletem tanto o conhecimento tradicional quanto às tendências contemporâneas do artesanato local. Por fim, há aquelas que se responsabilizam pelo acabamento, etapa que garante a qualidade final do produto.

Essa distribuição funcional garante eficiência e qualidade à produção, ao mesmo tempo em que preserva o caráter coletivo e participativo da gestão. Segundo o Guia Metodológico (2009), a organização colaborativa é um dos pilares para o fortalecimento das cadeias curtas de valor, pois permite que o conhecimento tradicional e o trabalho comunitário sejam reconhecidos como elementos centrais do processo produtivo.

A seguir, a figura mostra artesãs no processo de trançagem da fibra.

Figura 04 – Artesãs da cooperativa Sitinho trançando a fibra.

Fonte: Sitinho Trançando Artes (2025).

O processo de produção é marcado pela manualidade e pela valorização da sustentabilidade, já que as bolsas e necessaires utilizam apenas insumos biodegradáveis. Além disso, a Sitinho ressignifica o artesanato como alternativa de renda e como prática de cuidado

coletivo, uma vez que muitas mulheres conciliam o trabalho com as atividades domésticas, trazendo a importância da cooperação e da união das mulheres em todo este processo produtivo.

Um aspecto central desse empreendimento é a dependência externa da matéria-prima. A fibra utilizada não é extraída em São Luís, mas em Barreirinhas, cidade vizinha e localizada numa região que é reconhecida como o berço do artesanato de buriti. Esse fator implica custos significativos, visto que o quilo da fibra chega a R$100,00, além de dificuldades ocasionais de abastecimento, principalmente em períodos chuvosos. Com isto, elas buscam se organizar antecipadamente para evitar a queda da produção, mas essa dependência representa uma vulnerabilidade da cadeia. Ainda assim, a Sitinho conseguiu estabelecer parcerias estratégicas que fortalecem sua atuação. Destacam-se o apoio financeiro da empresa Vale, que permitiu o início das atividades, e a assessoria da Rede Natureza, Arte, Vida e Emancipação Feminina (Rede NAVE),[1] responsável por oferecer capacitação em precificação, elaboração de plano de negócios e estratégias de venda. Esse suporte externo que elas têm fortalece o empreendimento e amplia as possibilidades de inserção no mercado, inclusive em eventos organizados pela prefeitura de São Luís, como a Feirinha São Luís, que ocorre todo domingo.

No campo da comercialização, a cooperativa conta com pontos fixos de venda, como o centro histórico Reviver e as lojas de artesanato, também participa de feiras, eventos e traz produtos com nomes que remetem ao litoral maranhense, como as bolsas “Pôr-do-Sol”, “Orla” e “Beira-Mar”. A seguir, a bolsa “Pôr-do-Sol”, a carro-chefe de vendas da Sitinho:

Figura 05 – Bolsa Pôr-do-sol.

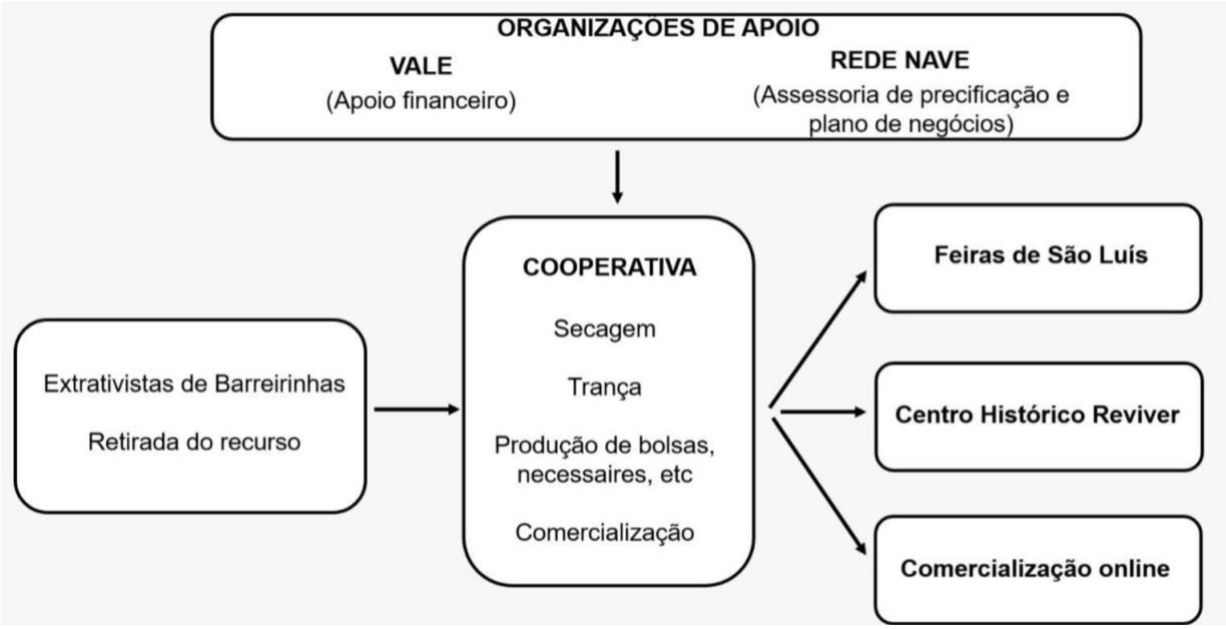
Fonte: Sitinho Trançando Artes (2025).

[1] A Rede NAVE é uma organização privada sem fins lucrativos, fundada em 2007, que promove o protagonismo de mulheres através da geração de renda com o objetivo de contribuir com a igualdade de gênero e a emancipação feminina (Rede NAVE, [entre 2007 e 2025]).

Essa estratégia contribui para valorizar a identidade local e, ao mesmo tempo, construir uma marca própria, associada à tradição artesanal da região. Os preços variam entre R$15,00 (para brindes, como o porta-lápis) e valores superiores a R$100,00 para as bolsas. Essa pluralidade de canais e de produtos amplia a resiliência da cadeia, mesmo diante das dificuldades de acesso à matéria-prima.

A Figura 06 a seguir sintetiza o fluxo produção – consumo do empreendimento.

Figura 06 – Estrutura da cooperativa Sitinho.



Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela Cooperativa Sitinho (2025).

A experiência da Cooperativa Sitinho Trançando Artes, localizada no Maranhão, pode ser analisada como um caso emblemático de cadeia curta da sociobiodiversidade, uma vez que a relação entre produção e consumo ocorre de forma direta, sem a presença de atravessadores convencionais, e com a comercialização realizada em feiras, eventos culturais e pontos de venda no centro histórico de São Luís. Essa dinâmica encurta as distâncias entre as artesãs e o público consumidor, criando um espaço de reconhecimento cultural, valorização identitária e visibilidade para os produtos derivados do buriti. Tal configuração está alinhada às diretrizes estabelecidas pelo PNPCPS (Brasil, 2009), que defende a importância de fortalecer arranjos produtivos locais, assegurar maior autonomia às comunidades e promover a repartição justa dos benefícios ao longo da cadeia.

Contudo, é necessário destacar que a Sitinho também desempenha um papel de intermediação na medida em que adquire a fibra de buriti em comunidades localizadas em Barreirinhas, transformando a matéria-prima em produtos artesanais de maior valor agregado para o mercado urbano. Essa função confere à cooperativa um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que fortalece a inserção comercial das artesãs e promove identidade cultural, centraliza a etapa de maior visibilidade e valor econômico da cadeia. Tal aspecto ilustra um dos desafios apontados pelo Guia Metodológico (GIZ/MMA, 2009), que ressalta a importância de mecanismos de governança inclusivos capazes de integrar todos os elos produtivos no processo decisório. Assim, embora a Sitinho fortaleça a posição das mulheres no mercado artesanal, ainda se percebe uma assimetria na distribuição dos ganhos, pois o elo do extrativismo, que envolve maior esforço físico e menor apropriação econômica, permanece com menos participação nas estratégias de agregação de valor.

Essa contradição confirma as análises realizadas por Maroccolo, Wadt e Diniz (2023) sobre as cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia, segundo as quais o valor cultural e simbólico gerado pelo reconhecimento das práticas tradicionais nem sempre se converte em ganhos econômicos equitativos para os diferentes elos. O caso da Sitinho ilustra bem essa situação: ao mesmo tempo em que cria oportunidades de renda, fortalece o papel das mulheres e amplia a circulação cultural do artesanato em buriti, a cooperativa também reproduz limites estruturais relacionados à governança e à redistribuição dos benefícios econômicos. Nesse sentido, a Sitinho revela tanto os avanços quanto os desafios das cadeias curtas: promove inclusão, identidade e autonomia relativa, mas ainda carece de mecanismos institucionais e comunitários capazes de garantir a participação mais equitativa de todos os envolvidos na cadeia produtiva.

4.2.2 Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG)

No Pará, a experiência da AMQG, localizada em Abaetetuba, expressa uma lógica mais comunitária e voltada para a autossuficiência. Com mais de quinze anos de atuação, a associação surgiu no contexto do programa Raízes[2], iniciativa voltada à valorização das

[2] O programa Raízes foi um programa criado pelo governo do estado do Pará depois da demarcação dos territórios quilombolas que comandava todas as associações quilombolas do estado. Contava com vários cursos de capacitação voltados para as comunidades, dentre eles, o de artesanato (Entrevista online, 11/03/2025).

comunidades, à promoção da cidadania e à capacitação em atividades produtivas sustentáveis. O programa teve papel decisivo na formação técnica e social das artesãs, oferecendo oficinas de qualificação, gestão e comercialização de produtos artesanais, além de promover debates sobre identidade, ancestralidade e direitos territoriais.

A partir das formações oferecidas pelo programa Raízes, as mulheres quilombolas da comunidade do Rio Genipaúba consolidaram um grupo de produção voltado para o artesanato em buriti, com o objetivo de gerar renda e fortalecer a identidade cultural da comunidade. Com o tempo, o grupo se formalizou como associação e passou a ampliar a diversidade de produtos, incorporando o uso de sementes, cipós e outros insumos locais na confecção de tapetes, biojoias, bolsas e objetos decorativos. Essa diversidade produtiva reflete a criatividade e o domínio técnico das artesãs, que transformam recursos naturais em peças de valor simbólico e estético.

A organização do trabalho na AMQG é marcada pela divisão colaborativa de tarefas e pela autogestão, e, assim como Sitinho, reforça os princípios da economia solidária. Cada integrante desempenha uma função específica no processo produtivo, desde a coleta das fibras até o acabamento final das peças. Essa estrutura garante a sustentabilidade da produção e fortalece os laços de solidariedade entre as mulheres. De acordo com o Guia Metodológico (2009), a cooperação entre os elos da cadeia é essencial para o funcionamento das cadeias de valor sustentáveis, pois permite que o conhecimento seja compartilhado e que o resultado do trabalho seja distribuído de forma equitativa entre as participantes.

Em relação a matéria-prima, a AMQG obtém seus insumos diretamente da comunidade coletados nos quintais dos próprios comunitários. Essa característica não só reduz os custos de produção, mas também reforça a autonomia e o controle comunitário sobre os recursos naturais. A seguir, foto da matéria-prima da AMQG estocada em um quintal.

Figura 07 – Matéria-prima da AMQG

Fonte: AMQG (2025).

Além disso, a associação mantém práticas de manejo sustentável, com preservação, plantio e extração consciente, o que garante a continuidade da atividade. Outro aspecto relevante é a inovação nas embalagens: em vez de adquirir insumos externos, a AMQG também produz suas próprias embalagens a partir do resíduo do brinquedo de miriti (buriti).

No processo produtivo, embora predomine o trabalho manual, a associação utiliza alguns maquinários para o beneficiamento das fibras e sementes. No entanto, justamente a carência de equipamentos mais modernos e de infraestrutura adequada constitui uma das principais dificuldades enfrentadas.

A Figura a seguir mostra a artesã trançando a fibra do buriti.

Figura 08 – Artesã da AMQG no processo de trançagem da fibra.

Fonte: AMQG (2025).

A associação ainda não dispõe de sede própria, utilizando provisoriamente uma casa cedida por uma família. Em termos de apoio institucional, o grupo recebe suporte da GIZ, mas não conta com outras fontes permanentes de financiamento ou de assessoria. Essa escassez de parcerias institucionais fragiliza o empreendimento, tornando-a mais dependente do esforço comunitário e da resiliência das artesãs.

Em relação a comercialização, a AMQG vende seus produtos em feiras e festivais regionais, além de receber os turistas na própria comunidade, fortalecendo o turismo de base comunitária (TBC). Há ainda casos de exportação pontual, como o envio de peças para os Estados Unidos, o que evidencia o potencial de inserção internacional.

A seguir, sacola feita com fibra de buriti produzida pela AMQG

Figura 09 – Sacola produzida pela AMQG feita da fibra do buriti.

Fonte: AMQG (2025).

Entretanto, para o grupo, a venda não é apenas um mecanismo de geração de renda. O artesanato é visto também como um meio de transmitir e preservar a memória e a identidade das mulheres quilombolas, de modo que cada produto é considerado uma narrativa materializada da história coletiva. “O artesanato permanece como símbolo de resistência, de transmissão de saberes e de manutenção de vínculos coletivos que reafirmam a cultura local e os modos de vida de uma comunidade” (Cordeiro, 2025, p. 13)

A figura a seguir apresenta o fluxo produção-comercialização da Associação

Figura 10 – Cadeia produtiva da fibra do buriti da AMQG.

Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela AMQG (2025).

A AMQG, tal como a Cooperativa Sitinho, apresenta uma configuração igualmente representativa de cadeia curta, porém com especificidades que reforçam o protagonismo das mulheres quilombolas na produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Nesse arranjo, as próprias artesãs controlam as etapas do processo produtivo, desde a coleta e o manejo da palha até a elaboração das peças artesanais e sua colocação em feiras locais e eventos culturais, além do TBC. Essa forma de organização permite que as mulheres quilombolas mantenham maior autonomia sobre sua produção e fortaleçam não apenas a renda familiar, mas também o patrimônio cultural imaterial associado às práticas tradicionais de artesanato. Conforme o PNPCPS (Brasil, 2009) ressalta, a valorização das práticas culturais e a inclusão produtiva das comunidades tradicionais são aspectos fundamentais para a consolidação das cadeias da sociobiodiversidade, o que torna a experiência da AMQG um exemplo de articulação entre economia solidária, identidade cultural e sustentabilidade.

No entanto, a AMQG enfrenta entraves que limitam sua expansão e consolidação, especialmente no que diz respeito à infraestrutura de produção, acesso a crédito e canais de comercialização mais diversificados. A comercialização ainda está restrita, em grande parte, a feiras locais e eventos culturais, o que torna a renda instável e dependente da sazonalidade

desses espaços. Esse cenário evidencia o que o Guia Metodológico (2009) já havia diagnosticado: para que as cadeias de valor da sociobiodiversidade se consolidem, é fundamental articular estratégias de governança participativa com políticas públicas de apoio, capacitação e integração a mercados diferenciados. A experiência da AMQG mostra que, mesmo quando há forte cooperação interna e participação equitativa entre as integrantes, persistem limites externos que dificultam o fortalecimento econômico e institucional da associação.

Essas dificuldades se aproximam das conclusões de Maroccolo, Wadt e Diniz (2023), segundo os quais as cadeias da sociobiodiversidade na Amazônia enfrentam uma contradição estrutural: são capazes de promover inclusão, identidade e sustentabilidade, mas continuam vulneráveis à falta de apoio técnico e à ausência de políticas específicas que assegurem sua inserção competitiva em mercados mais amplos. Assim, a AMQG, ao mesmo tempo em que é um espaço de empoderamento feminino e quilombola, também representa os limites estruturais dessas cadeias: sua capacidade de transformação social é significativa, mas sua sustentabilidade econômica plena depende de condições externas que extrapolam o esforço comunitário. Portanto, a AMQG evidencia como as cadeias curtas podem ser potentes instrumentos de valorização cultural e autonomia, mas também como necessitam de suporte institucional para alcançar estabilidade e crescimento.

4.2.3 Comparação entre as cadeias de valor dos dois empreendimentos estudados

A comparação entre os dois casos revela tanto convergências quanto divergências. Em comum, observa-se o protagonismo feminino na organização produtiva, a valorização da sustentabilidade ambiental e a inserção do artesanato em mercados locais e regionais, aspectos fundamentais para a consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Ambas as experiências também demonstram a importância das redes de cooperação, seja por meio de parcerias empresariais e institucionais (como na Sitinho), seja pela solidariedade comunitária e pelas articulações entre associações quilombolas (como na AMQG). Além disso, nenhum dos dois empreendimentos estudados possui apoio de políticas públicas, todo o suporte recebido foi por meio de organizações do terceiro setor e do setor privado.

Por outro lado, as diferenças são bem expressivas. No Maranhão, a cadeia caracteriza-se pela formalização e pela dependência da compra de matéria-prima, ainda que

apoiada por parcerias estratégicas e pela visibilidade em eventos turísticos. No Pará, prevalece a autonomia no acesso aos insumos, com forte dimensão cultural e identitária, mas fragilidades estruturais relacionadas ao espaço físico e aos equipamentos. Enquanto a Sitinho se aproxima de um modelo de cadeia de valor mais voltada para o mercado, a AMQG mantém uma lógica mais comunitária, onde o artesanato cumpre papel de resistência cultural e de fortalecimento da identidade quilombola.

Portanto, a análise dessas duas experiências mostra como as cadeias de valor da sociobiodiversidade não seguem um padrão único, (mesmo quando se trata do mesmo produto, nesse caso, a fibra do buriti) mas refletem os contextos socioculturais e econômicos em que se inserem. Ao mesmo tempo, evidencia-se o potencial dessas iniciativas para promover desenvolvimento sustentável, o empoderamento feminino e a valorização cultural.

A partir das entrevistas realizadas com a cooperativa Sitinho Trançando Artes em São Luís (MA), e com a AMQG, em Abaetetuba (PA), é possível identificar alguns elementos centrais que caracterizam as cadeias de valor da fibra do buriti, como suas convergências e especificidades. As falas das artesãs revelam tanto a complexidade quanto a riqueza dessas experiências, que ultrapassam a dimensão do artesanato para se constituírem em práticas de afirmação identitária, empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental.

Um ponto de destaque em ambas as experiências é o protagonismo feminino. Como ressaltou uma das entrevistadas, “[...] geralmente nós somos mulheres donas de casa, tem que cuidar da casa, os meninos pra cuidar também, aí a gente vai se virando” (Entrevista online, 20/02/2025). Essa fala demonstra como as artesãs conciliam responsabilidades domésticas com o trabalho coletivo, fortalecendo não apenas a geração de renda, mas também a solidariedade entre as mulheres.

A dimensão cultural e simbólica é outro aspecto fundamental. Em São Luís, as bolsas e acessórios recebem nomes ligados ao litoral maranhense, como “Pôr-do-Sol”, que, segundo elas, “[...] é o nosso arroz com feijão, a que sai bastante” (Entrevista online, 20/02/2025). Já em Abaetetuba, o trabalho artesanal é associado à luta pela preservação da memória quilombola e à valorização da ancestralidade. Como destacou “[...] quando ela compra alguma coisa com a gente, não é só uma peça, é uma parte da nossa história” (Entrevista online, 11/03/2025) reforçando que a produção artesanal vai além da economia, constituindo-se como um espaço de resistência cultural e de afirmação identitária.

Esses relatos evidenciam que os produtos da sociobiodiversidade carregam valores culturais e sociais que não podem ser reduzidos ao seu preço de mercado.

Quanto à matéria-prima, as duas realidades apresentam diferenças marcantes. Em São Luís, a cooperativa depende da compra da fibra em Barreirinhas, onde "[...] 100 reais o quilo da fibra [...]" (Entrevista online, 20/02/2025) é o valor de referência, o que gera altos custos e vulnerabilidade em períodos de escassez. Já em Abaetetuba, a matéria-prima é obtida diretamente nos quintais da comunidade, sem custos financeiros. "A gente não paga, porque quem trabalha com artesanato vê o material, se for o que a gente precisa, eles já cedem, daí é um custo a menos que a gente tem" (Entrevista online, 11/03/2025). Essa diferença ilustra como as condições locais moldam o funcionamento das cadeias e afetam sua sustentabilidade.

Em termos de comercialização, a Sitinho consolidou pontos fixos em feiras e lojas de artesanato no centro histórico de São Luís, além de eventos organizados pela prefeitura, "[...] já temos o nosso lugar cativo na Feirinha São Luís" (Entrevista online, 20/02/2025), o que garante certa estabilidade de vendas. No caso da AMQG, a comercialização combina feiras, turismo comunitário e exportação pontual "[...] a gente fez para uma moça que estava fazendo especialização e ela levou pros Estados Unidos" (Entrevista online, 11/03/2025). Essas estratégias demonstram tanto a criatividade das artesãs em buscar mercados quanto às limitações que ainda enfrentam para expandir sua atuação.

O apoio institucional também aparece de forma distinta. No Maranhão, a cooperativa recebeu suporte financeiro da Vale e assessoria da Rede NAVE, que contribuiu com precificação e plano de negócios. "Foi através da ajuda financeira da Vale que a gente pôde dar início ao nosso trabalho" (Entrevista online, 28/05/2025). Já em Abaetetuba, a AMQG contou apenas com a GIZ. "[...] tirando eles, não temos apoio de nenhuma entidade, o nosso trabalho vai mais pelo nosso próprio esforço mesmo" (Entrevista online, 15/06/2025). Essa comparação evidencia como a presença ou ausência de políticas públicas e parcerias institucionais impactam diretamente no fortalecimento das cadeias.

Por fim, ambas as experiências ressaltam a sustentabilidade como princípio de trabalho. Na Sitinho "[...] é tudo biodegradável, tudo natural, o forro que a gente usa é de tecido de algodão, as alças são de madeira" (Entrevista online, 20/02/2025). De forma semelhante, na AMQG, até mesmo as embalagens são feitas com resíduos: "[...] as nossas embalagens são feitas a partir do resíduo do brinquedo de miriti, são todas biodegradáveis" (Entrevista online,

11/03/2025). Essas práticas demonstram como as cadeias do buriti se alinham aos princípios da sociobioeconomia, conciliando geração de renda e conservação ambiental.

Em síntese, as entrevistas revelam que as cadeias da sociobiodiversidade da fibra do buriti são experiências plurais e dinâmicas, articulando dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e de gênero. Os resultados das entrevistas também confirmam a observação de Maroccolo, Wadt e Diniz (2023), de que o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade depende não apenas de investimentos econômicos, mas sobretudo de processos de governança participativa e gestão coletiva, capazes de integrar saberes locais, sustentabilidade e autonomia produtiva. Nesse sentido, as experiências da AMQG e da Sitinho Trançando Artes expressam formas concretas de organização solidária e de resistência às dinâmicas de mercado excludentes, reafirmando o papel das mulheres como agentes centrais de transformação social e econômica nos territórios amazônicos.

Como destaca Saes *et al*. (2023), as cadeias de valor da sociobiodiversidade têm o potencial de fortalecer simultaneamente a diversidade biológica e cultural, na medida em que integram práticas produtivas sustentáveis, identidades coletivas e justiça territorial. Essa perspectiva dialoga com o que Garrett *et al*. (2024) chamam de mudanças transformadoras nas sociobioeconomias amazônicas, em que o desenvolvimento não se restringe à geração de renda, mas envolve também o reconhecimento de novas racionalidades econômicas baseadas na cooperação, na equidade de gênero e na conservação dos ecossistemas.

Apesar das dificuldades com matéria-prima, infraestrutura e apoio institucional, essas cadeias mostram resiliência e capacidade de adaptação. Mais do que produção artesanal, elas representam alternativas concretas de desenvolvimento sustentável, de fortalecimento das identidades locais e de empoderamento feminino, essas características refletem o que o PNPCPS (Brasil, 2009) define como os princípios centrais da sociobiodiversidade: o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a promoção da inclusão produtiva das comunidades locais.

O próximo capitulo traz as considerações finais do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão teórica, constatou-se que o conceito de cadeia de valor, originalmente proposto por Porter (1985), foi adaptado e ampliado no contexto da sociobiodiversidade brasileira, incorporando dimensões sociais, culturais e ambientais. O PNPCPS (2009) e o Guia Metodológico (2009) reforçam essa perspectiva, ao reconhecer que o valor não se restringe ao produto final, mas se manifesta nas relações de cooperação, na repartição justa dos benefícios e na conservação dos recursos naturais.

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho buscaram compreender a estrutura, as dinâmicas e os sentidos sociais e econômicos da cadeia de valor da fibra do buriti, a partir da análise de empreendimentos comunitários localizados nos estados do Pará e do Maranhão. O percurso realizado permitiu não apenas identificar os elementos constitutivos da cadeia, mas também resgatar dimensões mais amplas que dizem respeito às economias da sociobiodiversidade, à valorização dos saberes tradicionais e ao papel estratégico das mulheres artesãs na construção de alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Retomar a questão-problema (qual a estrutura e as dinâmicas encontradas para a cadeia de valor do artesanato do buriti?), significa admitir que a pesquisa permitiu evidenciar um conjunto de elementos que vão além de uma compreensão restrita aos aspectos econômicos ou de mercado (Cordeiro, 2025). Pelo contrário, ao longo da pesquisa ficou evidente que as cadeias da sociobiodiversidade se constituem como arranjos complexos, nos quais dimensões ambientais, culturais, sociais, políticas e identitárias se entrelaçam. Portanto, analisar o artesanato do buriti é perceber um universo marcado por histórias de vida, lembranças e práticas de resistência (Cordeiro, 2025).

Um primeiro resultado relevante está na identificação do protagonismo feminino como eixo central da cadeia estudada. Tanto na Cooperativa de Mulheres Artesãs de São Luís (MA) quanto na AMQG (PA), observou-se que as mulheres não apenas dominam as técnicas de produção e comercialização, mas também articulam redes de solidariedade, criam estratégias de enfrentamento das dificuldades estruturais e projetam novas formas de inserção nos mercados. Essa realidade reforça as contribuições de Saes *et al*. (2023), quando destacam que as cadeias da sociobiodiversidade devem ser avaliadas também a partir de indicadores sociais, como o empoderamento de grupos historicamente marginalizados.

As duas experiências revelam que as cadeias de valor da sociobiodiversidade não se limitam a gerar benefícios econômicos, mas promovem mudanças estruturais nas relações sociais e produtivas, reforçando a autonomia, a cooperação e a igualdade de gênero. Conforme discutido por Saes *et al*. (2023) e Garrett *et al*. (2024), tais experiências representam o que se pode chamar de bioeconomias transformadoras, processos que integram conservação ambiental, justiça social e valorização cultural, oferecendo alternativas reais ao modelo extrativista e concentrador predominante na Amazônia.

Outro ponto de destaque diz respeito à forma de acesso à matéria-prima. Enquanto no Maranhão a cooperativa depende da compra da fibra em municípios vizinhos, enfrentando altos custos e vulnerabilidade de abastecimento, no Pará as artesãs quilombolas acessam diretamente os recursos naturais em seus próprios quintais. Essa diferença revela os diferentes graus de autonomia das comunidades diante dos recursos da sociobiodiversidade. A análise dialoga com as proposições do PNPCPS (Brasil, 2009), segundo as quais a repartição justa dos benefícios é um princípio orientador, mas que ainda encontra barreiras concretas nas cadeias locais, especialmente quando o elo comunitário permanece mais fragilizado.

No campo da organização social e institucional, os dois empreendimentos também revelaram contrastes significativos. A Sitinho Trançando Artes obteve apoio da iniciativa privada (Vale) e de organizações de assessoria (Rede NAVE), o que fortaleceu sua capacidade de gestão, precificação e inserção em mercados formais. Já a AMQG, no Pará, contou apenas com apoio pontual da GIZ e com a força interna da comunidade, sem acesso a financiamentos permanentes ou políticas públicas consistentes. Essa diferença reforça o argumento de Almeida, Alves e Pires (2012), para quem as cadeias da sociobiodiversidade são moldadas por relações de poder e pela presença (ou ausência) de instituições de apoio.

Do ponto de vista da comercialização, os resultados indicam que ambas as experiências operam por meio de cadeias curtas, com predomínio da venda direta ao consumidor final, seja em feiras, eventos turísticos, pontos fixos de artesanato ou turismo comunitário. Essa característica garante maior apropriação de valor pelas próprias artesãs, reduzindo a captura por atravessadores. No entanto, como observa Porter (1985), a simples configuração da cadeia não garante vantagem competitiva: são necessárias estratégias de diferenciação e fidelização de mercados, elementos que ainda encontram limitações nas experiências analisadas, seja pela baixa escala de produção, seja pela falta de infraestrutura.

Outro aspecto relevante é que essas cadeias reafirmam a importância da governança participativa e da gestão comunitária, destacadas no Guia Metodológico (2009) como elementos fundamentais para o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade. Tanto na Sitinho quanto na AMQG, a divisão colaborativa de tarefas e a tomada de decisões de forma coletiva reforçam os vínculos de confiança e solidariedade, permitindo que o grupo se mantenha coeso mesmo diante de desafios como a escassez de recursos e o acesso limitado a mercados. Essa governança baseada na participação e na corresponsabilidade é o que garante a continuidade e a sustentabilidade dessas experiências.

No tocante às dimensões culturais e simbólicas, os achados foram contundentes. O artesanato em fibra de buriti se apresenta não apenas como uma atividade econômica, mas como um veículo de afirmação identitária e de transmissão de saberes ancestrais. No Maranhão, os nomes das peças remetem ao litoral e à paisagem cultural da região, enquanto no Pará cada produto é narrado como parte da história quilombola. Esse resultado reforça o alerta de Diegues (2008) acerca da necessidade de superar o mito da "natureza intocada" e reconhecer que a conservação da biodiversidade está profundamente associada às práticas culturais e à permanência dos povos tradicionais em seus territórios.

A pesquisa também evidenciou fragilidades estruturais persistentes. Entre elas, destacam-se: a precariedade de infraestrutura física e tecnológica, especialmente nas associações de base comunitária, os altos custos de transporte e de matéria-prima em algumas regiões, a baixa escala de produção que dificulta acesso a mercados mais amplos e a escassez de políticas públicas integradas que ofereçam suporte contínuo. Tais limitações coincidem com as análises de Krag e Santana (2017) sobre a cadeia da castanha na Calha Norte, que também identificaram concentração de valor nos elos intermediários, vulnerabilidade logística e falta de reconhecimento institucional.

Conforme apontam Maroccolo, Wadt e Diniz (2023), superar esses obstáculos exige o fortalecimento institucional das organizações comunitárias, o investimento em capacitação técnica e a criação de redes de cooperação que aproximem produtores, consumidores e instituições de apoio.

Apesar dessas limitações, a pesquisa demonstra que as cadeias de valor da sociobiodiversidade oferecem caminhos concretos para o desenvolvimento sustentável. Ao articular conservação ambiental, geração de renda, valorização cultural e fortalecimento comunitário, o artesanato do buriti confirma a pertinência da abordagem da sociobioeconomia,

conforme discutida por Garrett *et al*. (2024). Em outras palavras, trata-se de um modelo que vai além da eficiência produtiva para promover justiça social e resiliência ecológica.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para ampliar a compreensão das cadeias da sociobiodiversidade como sistemas plurais e dinâmicos, que não podem ser analisados a partir de parâmetros convencionais de cadeias produtivas agroindustriais. A incorporação de elementos como identidade cultural, práticas comunitárias, gênero e territorialidade é fundamental para construir análises mais próximas da realidade amazônica. Do ponto de vista prático, o trabalho aponta para a necessidade de políticas públicas mais robustas, que garantam financiamento, capacitação e infraestrutura para os empreendimentos comunitários, de forma a potencializar seus impactos sociais e ambientais.

Quanto aos limites da pesquisa, é preciso reconhecer que a escolha de dois estudos de caso, ainda que relevantes, não esgota a diversidade de experiências existentes no universo do artesanato do buriti. Outros estados produtores, outras formas organizativas e outras articulações de mercado poderiam ser explorados em investigações futuras. Além disso, as entrevistas foram realizadas com representantes dos empreendimentos, o que não permitiu captar em profundidade todas as vozes das comunidades. Estudos etnográficos ou pesquisas quantitativas poderiam complementar e aprofundar os resultados aqui apresentados.

Nesse sentido, pesquisas futuras poderiam explorar: 1) o papel das novas tecnologias digitais na comercialização de produtos da sociobiodiversidade; 2) a relação entre cadeias curtas e inserção em mercados globais; 3) os impactos de políticas públicas específicas; e 4) a relação entre turismo de base comunitária e valorização de artesanatos da sociobiodiversidade.

Por fim, cabe uma consideração de caráter mais pessoal: este trabalho se ancora não apenas em uma inquietação acadêmica, mas em uma trajetória de envolvimento direto com a cadeia do buriti. A experiência como pesquisadora adquirida durante a Iniciação Científica foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, pois proporcionou uma aproximação concreta com o tema das cadeias de valor da sociobiodiversidade e, em especial, com a cadeia do buriti. Essa vivência permitiu compreender, de maneira mais profunda, os desafios e as potencialidades envolvidos na organização dessas cadeias, articulando teoria e prática de pesquisa. O envolvimento em atividades de levantamento bibliográfico, análise de dados secundários e participação em discussões acadêmicas sobre o tema contribuiu para amadurecer o olhar analítico e crítico da pesquisadora, conferindo ao estudo um caráter de engajamento

científico. Assim, o trabalho não se limita a uma abordagem teórica, mas também reflete o compromisso em sistematizar e dar visibilidade a práticas e dinâmicas produtivas que permanecem, muitas vezes, à margem das políticas de desenvolvimento.

Em síntese, as considerações finais apontam para três grandes conclusões: 1) as cadeias de valor da sociobiodiversidade, como a do artesanato da fibra do buriti, não podem ser compreendidas apenas como sistemas econômicos, mas como espaços de vida, identidade e resistência; 2) o fortalecimento dessas cadeias exige políticas públicas e institucionais consistentes, que considerem as especificidades territoriais e culturais dos povos tradicionais; e 3) as experiências analisadas confirmam que é possível construir alternativas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, desde que os povos tradicionais sejam reconhecidos como protagonistas.

Assim, este trabalho reafirma que a sociobiodiversidade não é apenas um conceito, mas uma prática viva, que se materializa em territórios, produtos, saberes e pessoas. O artesanato da fibra do buriti é expressão dessa prática: um elo que conecta mulheres, comunidades e florestas, demonstrando que outro modelo de economia é não apenas possível, mas já está em curso, enraizado na Amazônia e nos saberes tradicionais de seu povo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Sandra Regina. **Análise preliminar das cadeias do pequi e do buriti, em nível nacional e identificação de territórios estratégicos.** Brasília, 2008.

AFONSO, Sandra Regina; ÂNGELO, Humberto. **A cadeia produtiva do buriti (Mauritia sp)**. Anais do V Congresso Florestal Latinoamericano, 2011.

ALMEIDA, Débora; ALVES, Fernanda Basso; PIRES, Liliana. **Governança em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade**: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais da castanha-do-brasil e borracha-FDL no Acre. Brasília: GIZ, UICN, WWF-Brasil, 2012.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. **Cadeia produtiva:** marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22. Salvador, 2002.

CORDEIRO, Hilda Lara Sousa. **Saberes que permanecem:** Tradição, memória e aprendizagens femininas no artesanato da Palmácia. Fortaleza, 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARRET, Raquel *et al.* **Transformative changes are needed to support socio-bioeconomies for people and ecosystems in the Amazon**. Nat Ecol Evol 8, 1815–1825 (2024).

GIZ/MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Guia Metodológico de Implementação de Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor**. Brasília: GIZ/MMA, 2009.

IBGE. **Pesquisa de Extrativismo e Silvicultura 2023**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/VS/A/Q Acesso em: 09 fev. 2025.

ICMBIO. **Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil**. 2. ed. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019.

KRAG, Márcia Nagem; SANTANA, Antônio Cordeiro. **A Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil na Região da Calha Norte**, **Pará, Brasil**. Boletim do museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, 2017.

MAROCCOLO, Juliana Fernandes; WADT, Lúcia Helena de Oliveira; DINIZ, Janaína Deane de Abreu. **Panorama da cadeia de valor nos estados da Amazônia Legal.** 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde**.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTER, Michael. **Competitive Advantage:** Creating and Sustaining Superior Performance. New York: Free Press, 1985.

REDE NAVE. **Conheça a NAVE.** Disponível em: https://www.redenave.com.br/. Acesso em: 25 nov. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática x Revisão narrativa**. 2007

SAES, Maria Sylvia Macchione *et al*. **When Do Supply Chains Strengthen Biological and Cultural Diversity? Methods and Indicators for the Socio-Biodiversity Bioeconomy.** São Paulo, Brasil: 2023.

SILVA, Luís César de. **Cadeias produtivas de produtos agrícolas.** Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de engenharia rural, 2005.

SOUSA, Késsia Rosária de. **Economia extrativista da fibra do buriti (mauritia flexuosa) para o desenvolvimento sustentável da microrregião dos lençóis maranhenses, MA na atualidade.** São Luís, 2015.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. **Cadeias produtivas - foco na cadeia produtiva de produtos agrícolas.** In: III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, 2009, Vale do Itajaí. Anais. Vale do Itajaí: [s.n.], 2009.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Apresentação

Esta entrevista faz parte de uma das ações do Projeto de Pesquisa "Integração da Comunidade Ererê/APA Paytuna à cadeia de valor do buriti como alternativa para o fomento da Bioeconomia Paraense", coordenado pela Professora Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos, aprovado na Chamada Fapespa nº 009/2022. Especificamente as informações aqui levantadas auxiliarão no mapeamento da cadeia de valor do buriti a partir dos seus usos no artesanato

Desde já agradecemos a sua disponibilidade em contribuir com o Projeto!

Identificação

1) Nome do(a) entrevistado(a):

2) Organização a qual está vinculado: (caso não seja vinculado a nenhuma organização deixar em branco)

3) Cargo/função na organização

Usos do buriti

4) Quais produtos artesanais são produzidos por você a partir do buriti? Especificar qual parte da planta é utilizada

5) De onde você adquire o material de buriti utilizado no seu artesanato? Qual o preço pago pelo insumo buriti (usar como referência de preço de 2024, pode ser preço médio e não esquecer de anotar a unidade, por exemplo para fibra o preço é na unidade de peso, kg, tonelada etc.???)

6) Para produzir os produtos feitos com buriti são utilizados quais equipamentos? Especificar o nome e a função de cada um?

7) Como você adquiriu o conhecimento utilizado na produção do artesanato do buriti?

8) Como você avalia a qualidade do material de buriti utilizado?

9) Você tem dificuldade para encontrar os insumos do buriti necessários para o seu processo produtivo? Se sim, quais?

10) Você comercializa o artesanato feito com buriti? Se sim, onde? Quais os valores? (detalhar os preços médios para cada produto e para cada mercado se houver diferença de preços)

11) Você teria como indicar outros artesãos que utilizam o buriti em seus produtos?

APÊNDICE B - Roteiro Complementar de Entrevista Semiestruturada

Continuação da entrevista

12) Cite as organizações de apoio ao seu negócio que você considera mais importantes. Descreva como cada uma delas contribuiu para a sua organização. Exemplos de organizações de apoio: Universidade, Empresa de assistência técnica estadual, Embrapa, Organizações não governamental (ONG), organizações do terceiro setor, Instituições Financeiras, SEBRAE, Secretarias do governo estadual, municipal ou federal etc. Tente indicar o grau de importância dessas organizações para o funcionamento da sua organização

13) Quais as principais dificuldades para a realização da atividade do artesanato do buriti?

14) A sua organização mantém relações com outras organizações que têm o mesmo objetivo que a sua? Por exemplo: associações cooperativas que usam recursos da sociobiodiversidade. Se sim, cite quais e descreva como é essa relação?

15) Quais insumos sua organização compra de outras organizações/empresas? Ex: embalagem